

# **LOCUTOR E DESTINATÁRIO(S) NAS GRAMÁTICAS ESCOLARES: O APAGAMENTO DOS PÓLOS DA ENUNCIÇÃO E A NATURALIZAÇÃO DO CONHECIMENTO**

**Rui Vieira de Castro  
Universidade do Minho**

**1.** A constituição do objecto das gramáticas escolares envolve operações de selecção cuja consideração permite evidenciar concepções sobre a informação entendida como pedagogicamente relevante (quais são os níveis considerados na análise e qual é o seu âmbito) e sobre o processo de construção do conhecimento linguístico (quais são as teorias linguísticas que se assumem como válidas); de uma forma quase sempre implícita, as gramáticas escolares comportam também concepções sobre as relações entre o campo pedagógico e o campo linguístico; numa outra perspectiva, as gramáticas escolares fornecem importantes indicações sobre o modo como se concebe o processo de transmissão do conhecimento. Se a estes factos acrescentarmos o de as gramáticas escolares constituírem, para um significativo número de cidadãos, os textos principais, se não os únicos, lidos *sobre* a língua portuguesa, configurando de modo pelo menos importante as suas representações sobre a língua, teremos encontrado razões suficientes para as instituímos como objecto de estudo.

**2.** Na perspectiva que neste texto adoptarei, as gramáticas escolares serão prioritariamente consideradas como textos que resultam de uma confluência de discursos em que avultam:

- um discurso especificamente linguístico (instrucional), integrando factos da língua e princípios e conceitos que possibilitam o seu estabelecimento;
- um discurso didáctico (regulador), realizado sob a forma de usos especializados da linguagem que enformam a transmissão/aquisição pedagógica <sup>1</sup>.

De facto, a construção das gramáticas escolares visa sempre, de forma expressa ou apenas latente, a interiorização por parte dos leitores dos princípios que as estruturam, dos conceitos que aí são utilizados, dos factos que comportam, dos valores que, de modo visível ou não, as permeiam. Por isso, e com esse objectivo, nelas são actualizadas estratégias discursivas específicas, algumas mais transparentes, outras mais opacas, sendo a identificação e análise de tais estratégias condição para a compreensão do estatuto e das funções dos textos gramaticais.

Entenderemos, por agora, essas estratégias como sendo especialmente significativas na dimensão das representações do locutor e do destinatário, procurando determinar o modo como estes textos configuram a transmissão pedagógica e posicionam os sujeitos nela intervenientes.

Com o objectivo de analisar estas representações foi constituído um *corpus* textual que inclui gramáticas escolares, umas contemporâneas, outras correspondendo a diferentes e significativos momentos da história do ensino do português, permitindo cobrir um período de tempo que corresponde aproximadamente aos últimos cem anos<sup>2</sup>.

3. Se é pertinente falar, hoje, da "[...] impossibilidade de separação (mesmo metodológica) entre a linguagem e o seu contexto de produção [...]" (Fonseca, 1992: 33), faz sentido, no quadro definido pelo objectivo antes enunciado, desenvolver um trabalho de análise que reenviando da linguagem para o contexto, permita delimitar as características da situação de produção e recepção das gramáticas escolares.

Se, no acto de apropriação individual da língua, o sujeito "[...] énonce sa position de locuteur par des indices spécifiques [...]" (Benveniste, 1974: 82), a consideração destes índices poderá proporcionar informação relevante sobre o locutor e mais genericamente sobre o contexto da própria enunciação. Por outro lado, os textos constroem

a representação de outra instância – o destinatário –, que o próprio acto da enunciação define:

"[...] dès qu'il [le locuteur] se déclare locuteur et assume la langue, il implante l'autre en face de lui, quel que soit le degré de présence qu'il attribue à cet autre. Toute énonciation est, explicite ou implicite, une allocution, elle postule un allocutaire" (Benveniste, 1974: 82).

A língua portuguesa põe ao dispor dos seus falantes um leque relativamente amplo de formas de auto-referência. A opção por uma qualquer destas formas envolve a atribuição ao locutor de um determinado posicionamento "[...] face aos conteúdos proposicionais e aos valores em referência [...]" (Faria, 1991: 49), decorrente das formas específicas que assumem os factores da interacção. Os procedimentos de auto-referência linguística são também caracterizáveis em função de um princípio de classificação entre locutor e alocutário – se há formas que, pela inscrição visível do locutor, instauram uma disjunção entre locutor e alocutário (caso das formas verbais e pronominais da 1ª pessoa do singular), outras há que traduzem um enfraquecimento do princípio de classificação, ao estabelecerem a irrelevância da expressão visível dos sujeitos – a categoria nominal, as formas de infinitivo ou gerúndio. Mas os locutores dos textos manifestam-se também, de forma indirecta, por meio da utilização de mecanismos linguísticos que expressam a sua atitude em relação ao conteúdo proposicional do enunciado e/ou ao alocutário. Atitude que aqui consideraremos poder ser traduzida, no que diz respeito ao conteúdo proposicional, por dois processos: a selecção lexical e a categoria linguística *modalidade*.

Tal como o locutor, o destinatário pode emergir com maior ou menor visibilidade no texto. Considerarei aqui que as suas marcas podem ser ordenadas ao longo de uma linha de caracterização que tem como pólos a maior ou menor explicitude da sua presença. Entre os enunciados declarativos neutros de terceira pessoa e os enunciados que envolvem o recurso a formas de 2ª pessoa, pronominais ou verbais, é possível encontrar dispositivos tais como as paráfrases explicativas cujo emprego é revelador de diferentes graus de presença do destinatário, implicando-se um destinatário com características próprias, manifestadas na forma e conteúdo dos enunciados em questão.

Considerados estes factos, poder-se-á pensar que a identificação e análise das formas de auto-referência e de expressão indirecta do

locutor actualizadas nos textos, bem como as manifestações expressas ou latentes do destinatário, podem constituir uma forma de aceder às características da situação de comunicação que as gramáticas escolares prefiguram <sup>3</sup>.

#### 4.

4.1. No *corpus* analisado, apenas em dois textos, e de modo muito pontual, encontramos situações em que o locutor se revela através do emprego da *primeira pessoa do singular*, a forma linguística de que o locutor dispõe para com maior clareza se inscrever no seu enunciado; um único lugar pode testemunhar esta ocorrência sob forma pronominal (C. FIGUEIREDO, p. 93). Independentemente do facto de a autoria colectiva de um importante número de textos do *corpus* tornar congruente o emprego das formas de 1ª pessoa do plural, importa notar o uso extremamente parcimonioso destas formas.

A emergência explícita da fonte realiza-se linguisticamente sobretudo através do emprego da *primeira pessoa do plural* em formas verbais ou pronominais. E se em todos os textos é verificável a ocorrência de formas com estas características, a sua frequência é variável, sendo as maiores flutuações – que vão no sentido do apagamento da presença do locutor – constatáveis em textos de produção mais recente (cf., designadamente, A. LOBO – onde apenas no *Prólogo* emerge o locutor – e NUNES *et al.*).

A manifestação da fonte que tem estas características linguísticas realiza funções diversas <sup>4</sup>. Assim, o locutor mostra-se no seu texto aquando:

##### i) de remissões intratextuais<sup>5</sup>:

"Referimo-nos atrás ao português padrão [...]. Vamos agora referir-nos aos desvios que a língua dos escritores apresenta [...]" (FIGUEIREDO *et al.*, p. 99)<sup>6</sup>;

ii) de remissões intertextuais, que representam uma das mais visíveis modalidades de afirmação da presença do locutor, sobretudo quando tal ocorre num quadro de contradição explícita:

"Gonçalves Viana escreve *alvíssaras*, com o que não concordamos, visto não sabermos a razão, por que desprezou a grafia usual [...]" (P. CASTRO, p. 50) ;

iii) da enunciação de princípios de selecção do conteúdo textual:

"Nos parágrafos que se seguem *harmonizámos, dentro de um critério didáctico*, os ensinamentos tradicionais com os dos novos estudos estilísticos" (FIGUEIREDO *et al.*, p. 105) <sup>7</sup>;

iv) da explicitação de opções analíticas (de descrição e/ou classificação):

"*Resolvemos* optar pela designação de *advérbio interrogativo* que, embora possa não ser a melhor, *nos* parece a mais adaptada a este nível de estudos" (AZEREDO *et al.*, p. 180).

Na realização desta última função, pode o locutor aparecer representado através da *categoria nominal*:

"Mais do que *o autor*, a maioria dos gramáticos alonga e comenta a classificação das orações, e poucas vezes são concordes a tal respeito" (C. FIGUEIREDO, p. 200).

No quadro da relativamente escassa frequência da representação do locutor através de *índices de pessoa* que claramente o individualizem, a análise não permitiu concluir pela variabilidade diacrónica deste género de marcação, dada a não existência de uma tendência clara, historicamente marcada, quer no sentido da degradação quer do reforço deste tipo de representação (acontece inclusivamente que em textos próximos no tempo, como são AGUILAR *et al.* e A. LOBO, se podem encontrar opções bastante distintas, com o segundo destes textos a revelar-se o mais avaro na auto-referência).

Anote-se, também, a multiplicidade de funções que este procedimento discursivo encerra, caracterizando-se por uma escassa especialização.

A atitude que o locutor manifesta para com o conteúdo do seu enunciado ganha visibilidade quando aquele promove uma qualificação de usos linguísticos que identifica, avaliando-os. Sendo este tipo de qualificação particularmente visível no domínio da ortografia, também se encontra a propósito de certos usos sintácticos, sob a forma de *nominais avaliativos*:

"Também se dá algumas vezes uma *anormalidade* ainda maior: empregarem-se no princípio da phrase ou proposição palavras que não têm com as que vêm depois a coherência e nexos que a syntaxe prescreve" (R. VASCONCELOS, p. 286).

Entre as formas mais notórias de realização da modalidade cabe o recurso aos *advérbios modalizadores* e aos *adjectivos modais*:

"Há certas palavras que, *desnecessárias* ao sentido da oração, se empregam todavia para dar mais energia e realce à expressão e por isso se chamam *partículas de realce* ou *expletivas*" (A. GOMES, p. 144).

Usos deste tipo, identificáveis em vários textos, embora em geral menos comuns nos textos contemporâneos, surgem ora a propósito do estabelecimento de factos da língua, como acontece no exemplo acima apresentado, ora a propósito de operações analíticas, surgindo eventualmente como estratégia indirecta de persuasão do leitor:

"Quer recorrendo ao antigo português, quer ao latim, *facilmente* se descobre qual o thema de cada um destes nomes, e em consequência qual a fôrma do plural" (R. VASCONCELOS, p. 113).

Qualquer dos usos anteriormente referidos expressa uma atitude do locutor caracterizada por um elevado grau de certeza relativamente ao conteúdo do enunciado <sup>8</sup>. Numa outra direcção aponta o emprego de *fórmulas dubitativas*, aliás de uso escassíssimo, presente quando se hipotetizam explicações para dados submetidos a análise, e que constitui uma marca linguística que traduz valores já no domínio do *incerto*:

"A fôrma da 1ª pess. sing. ind. do pres. do verbo *saber* é apocopada, *talvez* por influência analógica da correspondente fôrma do verbo *haver*" (R. VASCONCELOS, p. 173) <sup>9</sup>.

De notar ainda que estes usos, não atravessando todos os textos (não aparecem realizados em MELLO *et al.* e NUNES *et al.*, por exemplo), tendem a ser mais frequentes no *corpus* D, designadamente em A. GOMES e em R. VASCONCELOS.

Merecedor, neste contexto, de uma atenção particular é o emprego dos *verbos modais* que, constituindo modalidades lexicalizadas, ganham ora valor epistémico, ora deôntico. O auxiliar modal *poder*, que tem um uso frequentíssimo nos textos gramaticais escolares, aparece, entre outros usos, a descrever procedimentos analíticos:

"O elemento "calavam-se" *pode ser* substituído por "falavam baixo". Do mesmo modo, *pode substituir-se* o elemento "os moços" por "os homens"[...]" (NUNES *et al.*, p. 37).

Nesta situação, ao estabelecer-se como plausível um determinado estado de coisas possível (modalidade epistémica), revela-se a presença do locutor na arquitectura do texto<sup>10</sup>. Mas já um enunciado como:

"Devemos considerar ainda as vogais quanto à zona de articulação, isto é, a região da boca onde são produzidas" (PINTO *et al.*, p. 34)

é mais permeável à expressão de relações sociais entre o locutor e o destinatário, motivando uma interpretação deôntica.

Parece-me, aliás, que esta interpretação deôntica pode (deve) ser alargada aos enunciados anteriores, sobretudo se considerarmos que "[...] as interpretações tipicamente deônticas estão, de um modo geral, determinadas por condições que apresentam características de regras ou regulamentos" (F. Oliveira, 1989: 147); o que é evidentemente válido para um texto com as características da gramática escolar.

**4.2.** Os índices a que antes me referi funcionam como marcas do locutor, da sua inscrição no texto. Mas, como tive já ocasião de assinalar, a estratégia mais comum passa pelo apagamento, pela diluição da sua presença; um tal apagamento – que claramente atravessa os dois *corpora* e se apresenta como uma das marcas mais características do discurso gramatical escolar – é visível sobretudo num recurso muito frequente às *construções passivas*, não sendo, a este respeito, produtiva a distinção entre os *corpora*. A passiva de que aqui se trata é fundamentalmente a passiva de *se*, construção que potencia uma característica fundamental da passiva – a estratégia de supressão ou ocultação do agente, pois "[...] não se limita a ter como efeito a suspensão da atribuição da função semântica de AG à posição de sujeito, antes suspende a atribuição de tal função a qualquer posição sintáctica" (Mateus *et al.*, 1989: 226).

Naturalmente encontram-se também construções *passivas* em que ocorre uma forma flexionada de *ser* (implícita ou não) seguida de uma forma participial de um transitivo, mas de que pode continuar apagado o agente:

"A ordem mais habitual das palavras na oração é a seguinte: *sujeito, predicado, complementos directo e indirecto* (ou *nome predicativo do sujeito*), *complementos circunstanciais* [...] Esta é chamada ordem directa" (AGUILAR *et al.*, p. 212).

O uso da passiva recobre um largo leque de funções, ganhando relevo na descrição de práticas analíticas, nos procedimentos de classificação, no esclarecimento conceptual, na explicação terminológica e no estabelecimento de factos da língua.

Também a utilização do *infinitivo* impessoal (relevando a acção em detrimento do seu agente) e do *gerúndio* servem o apagamento da fonte bem como a neutralização da sua disjunção com o destinatário:

"Retomando o exemplo apresentado [...]" (NUNES *et al.*, p. 70).

Num outro sentido, também alguns usos da *primeira pessoa do plural* servem a neutralização da dicotomia enunciativa:

"Uma proposição com o verbo na voz activa pode sempre transformar-se noutra, do mesmo sentido, com o verbo na passiva. Para isso, apenas *temos de fixar a nossa atenção sobre o sujeito, predicado e complemento directo*" (P. TAVARES, p. 209).

O grau de indeterminação agentiva que a utilização da passiva, do infinitivo ou do gerúndio pressupõe traduz-se numa naturalização do conhecimento e numa antecipação de estados de persuasão consumada e de transmissão/aquisição realizada. A *asserção simples* pode ser vista, neste contexto, como modo privilegiado de naturalização dos resultados da análise linguística: a estrutura [*x ser/constituir/estar/consistir/ y*] gera algumas das construções sintácticas mais frequentes nos textos gramaticais escolares.

**4.3.** Marca por excelência do destinatário, a *segunda pessoa verbal ou pronominal* tem nos textos analisados uma presença não sistemática; as ocorrências daquelas formas não aparecem entretanto especializadas em qualquer dos *corpora*.

*Enunciados imperativos* encontram-se fundamentalmente em MELLO *et al.*, AGUILAR *et al.*, AZEREDO *et al.*, P. TAVARES e FLORIDO *et al.*, servindo para posicionar explicitamente o destinatário em função de diversas tarefas. Àquele pode ser solicitada a realização de operações analíticas, eventualmente acompanhada de uma remissão para actividades cognitivas específicas destinadas a assegurar a compreensão:

"Nota que fonema e som não são bem a mesma coisa" (MELLO *et al.*, p. 97)<sup>11</sup>.

Em nenhum texto encontramos como em MELLO *et al.* e AZEREDO *et al.* tão diversas formas de representação do destinatário. A utilização da *segunda pessoa* no contexto de *enunciados interrogativos* tem, sobretudo neste último, um uso muito característico marcado pela sua sistematicidade:

"Sabes o que é conjugar um verbo? É dizê-lo em todos os modos, em todos os tempos, em todas as pessoas, e ainda na voz activa e na voz passiva – é dizê-lo em todas as formas" (MELLO *et al.*, p. 324);

"Fixa a tua atenção nas duas frases que se seguem. [...] Como as interpretas? Não te parecem estranhas, com falta de lógica?" (AZEREDO *et al.*, p. 20).

Ainda assim, uma diferença significativa pode ser assinalada entre estes dois exemplos; de facto, enquanto no primeiro caso temos uma estrutura do tipo pergunta/resposta que se apresenta como discurso espelho para o destinatário, no segundo caso, uma das interrogativas funciona como uma verdadeira interrogativa de instanciação, supondo a mobilização dos saberes e das experiências dos sujeitos e promovendo uma sua efectiva participação no processo de construção do conhecimento.

A *segunda pessoa do singular* pode também ser encontrada no contexto de *enunciados declarativos*, designadamente e de modo frequente, em MELLO *et al.* e AZEREDO *et al.* Para além da realização de funções idênticas às que acima ficaram registadas, a convocação do destinatário pelo emprego das formas agora em análise pode significar o seu envolvimento na criação ou afirmação de estados de coisas que, daí em diante, passam a estar pressupostos, assegurando-se no plano comunicativo as condições para o desenvolvimento da apresentação da informação:

"Facilmente *concluis* que o receptor apenas capta a mensagem, não se transformando, por sua vez, em emissor" (AZEREDO *et al.*, p. 19).

A emergência do destinatário na superfície textual surge com frequência associada à do próprio locutor; basicamente porque, como

vimos acima, a presença explícita deste é comumente assinalada pela primeira pessoa do plural, procedimento a associar necessariamente à tentativa de criação de uma atitude mais favorável à aquisição dos conteúdos comunicados.

A convocação do destinatário em associação com o locutor serve para situá-lo relativamente à organização do texto, através de remissões intratextuais, para posicioná-lo relativamente ao material linguístico sobre o qual a análise vai ser desenvolvida, para o situar perante distintas dimensões do trabalho analítico, podendo surgir a propósito de procedimentos descritivos ou procurando garantir um seu envolvimento mais aberto no estabelecimento de factos linguísticos, alargando-se ainda a procedimentos de classificação e rotulagem ou à indicação de procedimentos linguísticos que se pretende ilegalizar.

Em textos como R. VASCONCELOS e FIGUEIREDO *et al.* encontramos frequentemente uma forma muito interessante de inscrição explícita do destinatário no texto, relacionada com o seu envolvimento num movimento que tem como elementos estruturais a definição de condições para a análise linguística, o desenvolvimento da análise e o estabelecimento de conclusões; do que se trata aqui é de envolver o leitor no processo de construção dos dados da descrição; um exemplo da ocorrência desta estrutura:

"Assim, *observemos* a seguinte frase de Aquilino [...]. Como *vemos*, com mão de mestre, Aquilino utilizou a linguagem figurada [...]. *Concluimos* também que a linguagem figurada tanto pode dizer respeito à *modificação do sentido dos vocábulos ou expressões* [...] como à *construção da frase* [...]" (FIGUEIREDO *et al.*, p. 105);

formas verbais como *diremos*, *concluimos*, *verificamos*, bem como expressões do tipo "donde nos é lícito concluir" (P. CASTRO, p. 133), associam à presentificação do destinatário a indução de um determinado raciocínio por parte deste.

Mas para lá dos momentos do texto em que o destinatário é explicitamente convocado, há outros dispositivos que o pressupõem. Encontram-se neste caso os procedimentos explicativos que implicitamente põem em causa o conhecimento efectivamente detido pelo destinatário ou que hipotetizam leituras erróneas que se pretende evitar. De facto, é ainda o destinatário que emerge na superfície do texto quando, de modo mais ou menos nítido, se pressupõem interpretações não dese-

jadas ou se assinala a maior ou menor facilidade de compreensão de um determinado facto linguístico:

"Não se sponha, porém, que todas as palavras incluídas nas variáveis, ou nas invariáveis, são uma ou outra coisa, sem excepção. Como se verá, há substantivos, adjetivos, numerais e pronomes invariáveis, como há advérbios capazes duma tal ou qual variação" (P. TAVARES, p. 57).

As *paráfrases explicativas*, assinaladas pela presença, verificável em todos os textos, de expressões linguísticas como *isto é*, *ou seja*, *quer dizer*, aproximando-se nos seus objectivos comunicativos da explicação do sentido de termos especializados, visam criar condições para a aquisição dos conteúdos, pressupondo *um* destinatário.

Se nos situarmos num plano de alguma generalidade, verificamos que a gramática escolar é um texto que se caracteriza por ser dotado de uma rica hierarquização interna, marcado por uma pronunciada segmentação e pela explicitação de relações hierárquicas entre os blocos de informação que integra. Há, porém, textos cuja macroestrutura revela mais do que outros esta característica: em MELLO *et al.*, cada capítulo engloba a indicação dos *objectivos gerais*, a enunciação de *objectivos comportamentais*, a exposição da informação (*estratégia*) e a *avaliação*; trata-se, deste ponto de vista, de um texto tipicamente didáctico, no sentido em que de um modo muito nítido deixa perceber a sua instituição como repositório de informação a adquirir pelo destinatário, fornecendo a tecnologia a utilizar ao longo do processo. Quando a este propósito confrontamos os dois *corpora*, o que podemos notar é uma clara prevalência de dispositivos deste tipo nos textos do *corpus S*. Nos textos do *corpus D*, eles têm normalmente carácter pontual, não elegendo como referência amplos blocos de texto<sup>12</sup>.

5. Verificámos, assim, o carácter fundamentalmente impessoal do discurso gramatical escolar assegurado por procedimentos discursivos que garantem o apagamento do locutor; em simultâneo, tais estratégias promovem a neutralização da disjunção enunciativa entre o locutor e o destinatário e a identificação deste com a fonte. A presença de instâncias de discurso indeterminadas, designadamente, a "elipse do sujeito", que leva A. Berrendonner a qualificar este tipo de discurso como "discurso espelho", terá uma razão justificativa:

"[...] pour accomplir un acte de langage, il n'est pas nécessaire de dire qu'on l'accomplit: il peut être suffisant d'affirmer que le résultat de cet acte existe. Un énoncé qui affirme l'existence d'un devoir ou d'une obligation peut ainsi servir de variante à l'acte illocutoire dont l'effet est de créer ce devoir ou cette obligation. Mais cette variante présente l'avantage de ne pas mettre en scène le prescripteur. Un grammairien a donc tout intérêt à recourir à ce détournement transparent, qui cumule vraiment toutes les commodités: il ne menace pas la "face" du destinataire, puisque ce dernier n'est pas explicitement nommé comme assujéti à une requête, ni même à un devoir. Et il ne menace pas la tranquillité du locuteur, qui peut éluder la responsabilité de la prescription, puisque cette dernière n'est pas explicite, mais en quelque sorte sous-entendue comme un événement passé" (Berrendonner, 1982: 45).

Como faz notar G. Fressange (1970), no discurso didáctico típico, o "interlocutor deve identificar-se com o sujeito que enuncia"; esta identificação supõe algumas condições: o relativo anonimato da "fonte" e a "transparência" dos verdadeiros enunciadores, professores e autores, falando-se a este propósito do "anonimato característico do discurso didáctico"<sup>13</sup>. O emprego de construções passivas e, num outro plano, o uso da 1ª pessoa do plural são provavelmente as marcas linguísticas mais características deste processo de apagamento ou camuflagem, a que o emprego sistemático do tempo presente confere um complemento de desenraizamento em relação às coordenadas espaço-temporais da produção, criando-se condições para que os enunciados possam ser entendidos como generalizáveis a todos os tempos, lugares e sujeitos.

Sob este pano de fundo inscrevem-se sinais dos sujeitos da enunciação envolvendo, para o locutor, preferencialmente, usos específicos da primeira pessoa do plural de formas verbais e pronominais e, para o destinatário, o emprego de frases imperativas e interrogativas (com uso da 2ª pessoa do singular) que o invocam explicitamente. Se há textos em que encontramos uma presença sempre difusa do destinatário, correlacionada ou não com o apagamento da fonte, assistindo-se a uma neutralização dos pólos da enunciação, outros há em que encontramos abundantes marcas do destinatário. Em geral, estas manifestações directas (como também as indirectas) do locutor e do destinatário surgem porém num cenário principalmente caracterizado pela diluição

da sua presença que aqui devemos entender como opção criadora de condições para a aquisição de um conhecimento que se pretende "natural(izado)".

## Notas

- <sup>1</sup> A estes discursos poderíamos acrescentar um terceiro que se concretiza em enunciados que descontextualizam e recontextualizam o material linguístico sobre que se realiza o discurso instrucional ou que o confirmam – os *exemplos*. Os exemplos constituem uma componente importante do discurso gramatical, podendo a sua análise servir a obtenção de informação relevante sobre os objectivos da transmissão do conhecimento linguístico e sobre as características do universo de referência que no seu decurso se julga pertinente mobilizar. Uma análise deste tipo pode ser encontrada em C. Marchelo-Nizia & G. Petiot (1977).
- <sup>2</sup> O objecto de análise é constituído pelos textos seguintes: *Corpus D*: A. Ribeiro de Vasconcellos, *Grammatica portugûesa*, 1898; Adriano A. Gomes, *Elementos de gramática portuguesa*, 4ª ed., Coimbra, Imprensa da Universidade, 1921; Pires de Castro, *Gramática da língua pátria*, Lisboa, Livraria Avelar Machado, 1937; Cândido de Figueiredo, *Gramática sintética da língua portuguesa*, Lisboa, 5ª ed., Livraria Clássica Editora, 1948; J. Pereira Tavares, *Gramática portuguesa*, 1957; I. Teixeira de Aguilár e A. Reis Góis, *Compêndio de gramática portuguesa*, Lisboa, Livraria Didáctica, 1970; António Lobo, *Gramática da língua portuguesa*, 2ª ed., Lisboa, Plátano Editora, 1977; *Corpus S*: M. Olga Azeredo, M. Isabel Freitas e M. José Azevedo, *Da comunicação à expressão*, 4ª ed., Porto, Edições ASA, 1982; Mª Beatriz Florido e Mª Emília Duarte Silva, *Novos caminhos para a linguagem*, 3, 3ª ed., Porto, Porto Editora, 1983; Cristina de Mello e José Neves Henriques, *A língua e a norma*, Lisboa, Plátano Editora, 1985; J. Manuel de Castro Pinto, Manuela Parreira e Mª Céu Vieira Lopes, *Gramática do português moderno*, Lisboa, Plátano Editora, 1986; J. Nunes de Figueiredo e A. Gomes Ferreira, *Compêndio de gramática portuguesa*, 12ª ed., Porto, Porto Editora, 1987; Carmen Nunes, M. Luísa Oliveira e M. Leonor Sardinha, *Nova gramática de Português*, 19ª ed., Lisboa, Didáctica Editora, 1990.
- <sup>3</sup> A análise das formas de auto-referência nos textos gramaticais assumirá dois princípios metodológicos: em primeiro lugar, a interpretação da utilização das formas de auto-referência será feita em contraste com "[...] a existência de uma *forma de base de auto-referência* que confere o valor social e cultural aos seus substitutos" – "A desinência verbal de 1ª pessoa do singular é [...] a *forma de base de referência do locutor*, i. e., aquela que, tendo significação formal própria, funciona simultaneamente como seu símbolo e índice" (Faria, 1991: 50); depois, teremos em conta sobretudo a ocorrência dos tipos de auto-referência, e não a sua frequência, opção justificável na medida em que a consideração da frequência conduziria "[...] à análise quantitativa de marcas de estilo em vez de permitir a interpretação da realização linguística a partir da relação sócio-semântica estabelecida entre o locutor e as categorias envolvidas no processo de interacção" (Faria, 1991: 52).

- 4 A exemplificação aduzida tem uma função principalmente ilustrativa, tendo sido seleccionada em função do seu potencial exemplificativo relativamente aos tipos de situações de emprego que foi possível estabelecer e da sua representatividade nos dois *corpora*. Os exemplos traduzem sempre categorias que são verificáveis em outros textos e em outros lugares do mesmo texto.
- 5 Sendo este um lugar particularmente adequado à emergência do locutor, mesmo aqui encontramos situações de apagamento: "Além dos determinantes ainda ha outros elementos secundários, de que adeante se fallará" (R. VASCONCELOS, p. 209).
- 6 Os sublinhados que ocorrem nesta e nas transcrições seguintes são da minha responsabilidade e servem a indicação do segmento textual que realiza o fenómeno em análise.
- 7 Os princípios de selecção da informação, como é o caso do exemplo apresentado, podem ser vinculados às características do processo de transmissão que estes textos constituem; este é também, e por isso, um lugar de emergência do destinatário, ao ser activado um princípio pedagógico de selecção do material linguístico. Idênticas situações podem ser encontradas a propósito da nomenclatura ou da organização da informação, sinal da percepção das características específicas do receptor do texto e das condições em que tem lugar a própria comunicação – "Quanto aos tempos dos verbos, *resolvemos* modificar um pouco a nomenclatura gramatical, *de molde a torná-la mais simples e compreensível*. Por isso, ao *futuro perfeito*, *chamaremos futuro composto* [...]" (P. CASTRO, p. 85).
- 8 Para Alexandrescu (1976), a enunciação do locutor pode ser interpretada como pertencente a um "discurso autoritário" (eu sei, logo é verdade) ou a um "discurso tolerante" (eu creio, logo é possível). Alexandrescu propõe a este propósito uma escala de valores "[...] de l'opinion au savoir, à l'assertion et jusqu'à la formulation d'une tâche et d'une commande, au cours de laquelle la valeur de l'énoncé passe de la possibilité à la vérité et même à son obligativité".
- 9 Esta é mais uma concretização de um princípio pedagógico de selecção da informação que traduz ainda que implicitamente a consideração das características do leitor. Por outro lado, o recurso a esta fórmula atalha a objecção (possível) da *autoridade*, revelando a consciência do locutor acerca da sua função recontextualizadora (de pedagogização).
- 10 A este propósito importará notar, em paralelo, o uso dos modais em procedimentos classificatórios – "As palavras podem ser: 1) *Sinónimas* [...], 2) *Antónimas* [...]" – e a sua supressão, com a correspondente naturalização da classificação – "As palavras, quanto à sua formação, dividem-se em: 1) *Simples* [...] 2) *Compostas* [...]" (A. GOMES, p. 108). O uso alternativo destas duas possibilidades não é, no entanto, significativo, não havendo correlação entre opção linguística e efeito pragmático: o que significa a neutralização do modal como possibilidade.
- 11 Refira-se, a este propósito, uma distinção entre os dois *corpora* relacionada com a selecção, no emprego da desinência verbal para presentificar o destinatário, ora de formas de 2ª pessoa, que o exemplo apresentado testemunha, ora de 3ª pessoa, uso característico do *corpus D*: "*Compare* com os dois últimos substantivos do § 120" (P. TAVARES, 77). Estaríamos, assim, perante sinais de uma tendência

para um uso especializado das "formas próprias da intimidade" nos textos contemporâneos, frente à opção, no *corpus* diacrónico, por formas "que não implicam intimidade" (Cintra, 1986, p. 15). Sinal este de um reequacionamento das formas de relação entre locutor e destinatário no campo pedagógico.

- 12 Na generalidade dos textos contemporâneos pode encontrar-se uma enorme profusão de gráficos e quadros que sistematizam a informação, acompanhados de processos gráficos que relevam o que se considera essencial. A estes mecanismos deve ser associada a proliferação de indicações sobre os tópicos do texto, bem como chamadas de atenção explícitas para certos tipos de informação. Em qualquer destes casos, é sempre da prefiguração de um destinatário determinado que se trata: um destinatário que tem objectivos bem precisos (a aquisição de conteúdos), mas que carece da explicitação da informação relevante.
- 13 Transportando os textos gramaticais, normalmente, a indicação do seu autor empírico, importa verificar que nem sempre tal acontece; de facto, é possível encontrar, na tradição, gramáticas escolares que não incluem qualquer menção ao seu autor, o que representa o grau porventura mais elevado do anonimato do discurso didáctico. Hoje, pelo menos em alguns contextos nacionais, parece ser outra a tendência; A. Choppin anota o facto seguinte: "Les auteurs de manuels [...] ont abandonné leur rôle modeste, mais essentiel, de guide pour accéder au statut, plus valorisant, d'auteur: c'est ainsi que le manuel, souvent anonyme à l'origine, est devenu un livre que l'on signe, sans omettre ses titres et ses fonctions, au même titre que ses travaux scientifiques" (A. Choppin, 1992. p. 113).

## Referências

- ALEXANDRESCU, SORIN (1976). Sur les modalités *croire* et *savoir*. *Langages*, 43.
- BENVENISTE, E. (1974). *Problèmes de linguistique générale*, 2. Paris: Gallimard.
- BERRENDONNER, ALAIN (1982). *L'éternel grammairien. Étude du discours normatif*. Berne: Peter Lang.
- CHOPPIN, ALAIN (1992). *Le manuel scolaire. Histoire et actualité*. Paris: Hachette.
- CINTRA, L. F. LINDLEY (1986). *Sobre "formas de tratamento" na língua portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte.
- FARIA, ISABEL HUB (1991). *Para a análise da variação sócio-semântica*. Lisboa: INIC/CLUL.
- FONSECA, FERNANDA I. (1992). *Deixis, tempo e narração*. Porto: Fundação Eng<sup>o</sup> António de Almeida.
- FRESSANGE, GUY (1970). Le discours didactique dans les manuels de morceaux choisis de français. *Langue française*, 5.
- MARCHELO-NIZIA, C. & G. PETIOT (1977). *Les exemples dans le discours grammatical*. *Langages*, 45.

- MATEUS, M<sup>ª</sup> HELENA *ET AL.* (1989). *Gramática da língua portuguesa*. Lisboa: Caminho.
- OLIVEIRA, FÁTIMA (1989). Modais e condicionais. In AAVV, *Actas do V Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa: APL.